



As formas invisíveis do visível: fetichismo e fantasmagoria em Marx e Benjamin

Alessandro Enoque* e Ana Maria Said

Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Ávila, 2121, 38.400-902, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: alessandroenoque@gmail.com

RESUMO. Este artigo tem por objetivo principal a compreensão de como o capitalismo ‘oculta’, deliberadamente e a depender de seus interesses históricos e de classe, as camadas que separam a realidade vivenciada pelo capital daquela realidade vivida pelo trabalho. Tratou-se, aqui, dos mecanismos que o capital encontra, ao longo do tempo, para se perpetuar não somente como sistema econômico, mas também como modelo ideológico e religioso. Em especial, foi realizada uma reflexão acerca dos mecanismos de construção de invisibilidades sociais no capitalismo a partir das obras marxiana e benjaminiana. No que diz respeito ao pensamento marxiano, o enfoque foi dado, especialmente, a seção IV do capítulo I do ‘*Capital*’ (‘O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo’) (Marx, 1988). Em relação a obra benjaminiana, duas obras fundamentais do autor foram utilizadas, quais sejam, o fragmento ‘O Capitalismo como Religião’ (Benjamin, 2013) e o livro das ‘*Passagens*’ (Benjamin, 2019) (*Das Passagen-Werk*).

Palavras-chave: invisibilidade social; capitalismo; Walter Benjamin; Karl Marx.

The invisible forms of the visible: fetishism and phantasmagoria in Marx and Benjamin

ABSTRACT. The main objective of this article is to understand how capitalism “hides”, deliberately and depending on its historical and class interests, the layers that separate the reality experienced by capital from that reality experienced by work. This is about the mechanisms that capital finds, over time, to perpetuate itself not only as an economic system, but also as an ideological and religious model. In particular, a reflection was carried out on the mechanisms of construction of social invisibilities in capitalism based on Marxian and Benjaminian works. With regard to Marxian thought, the focus was given, especially, to section IV of chapter I of ‘*Capital*’ (‘The fetishistic character of merchandise and its secret’) (Marx, 1988). Regarding Benjamin’s work, two fundamental works of the author were used, namely, the fragment ‘*Capitalism as religion*’ (Benjamin, 2013) and the book of ‘*Passages*’ (Benjamin, 2019) (*Das Passagen-Werk*).

Keywords: social invisibility; capitalism; Walter Benjamin; Karl Marx.

Received on April 24, 2023.
Accepted on September 4, 2023.

Introdução

Em uma pequena passagem do excerto ‘*Panorama imperial*’ (mais especificadamente o item V do ‘Viagem pela inflação alemã’), presente no livro *Rua de mão única* de Walter Benjamin (2020), há uma pequena frase que, apesar de estar repleta de uma complexidade inerente à obra do próprio autor, lança luzes reluzentes sobre uma temática pouco trabalhada no âmbito dos estudos do marxismo. Tecendo comentários sobre a pobreza do povo alemão no período entreguerras, Benjamin (2020, p. 20) afirma que “[...] o esterco e a miséria crescem à sua volta como muros levantados por mãos invisíveis”. Não é preciso dizer que Benjamin (2020) faz, aqui, uma clara alusão crítica à metáfora liberal da mão invisível, bem como aos mecanismos de construção da exploração e da desigualdade inerentes ao capitalismo (cumpre destacar, aliás, que é exatamente nesse momento de sua trajetória intelectual que o autor apresenta uma virada na evolução de seu pensamento em direção ao marxismo). O que gostaríamos de destacar dessa pequena frase e que consistirá em um dos elementos centrais que nos acompanharão ao longo deste artigo é, no entanto, a ideia de que a máquina capitalista civilizada (termo presente no léxico deleuze-guattariano) (Deleuze & Guattari, 2011) busca perpetuar-se, historicamente, a nosso ver, por meio da produção e da reprodução de mecanismos que

tornam invisíveis determinadas dimensões da vida social. O que nos interessa, fundamentalmente, é a compreensão de como o capitalismo ‘oculta’, deliberadamente e a depender de seus interesses históricos e de classe, as camadas que separam a realidade vivenciada pelo capital daquela realidade vivida pelo trabalho.

Trataremos, assim, no âmbito deste artigo, dos mecanismos que o capital encontra, ao longo do tempo, para se perpetuar não somente como sistema econômico, mas também como modelo ideológico e religioso. Em especial, será realizada uma reflexão acerca dos mecanismos de construção de invisibilidades sociais no capitalismo a partir das obras marxiana e benjaminiana. No que diz respeito ao pensamento marxiano, o enfoque será dado, especialmente, a seção IV do capítulo I do *‘Capital’* (‘O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo’) (Marx, 1988). Em relação a obra benjaminiana, duas obras fundamentais do autor serão utilizadas, quais sejam, o fragmento *‘O Capitalismo como religião’* (Benjamin, 2013) e o livro das *‘Passagens’* (Benjamin, 2019) (Das Passagen-Werk).

Este artigo é composto, além desta introdução, das seguintes seções: ‘Algumas reflexões acerca do conceito de visibilidade e de invisibilidade social a partir da obra marxiana’, ‘Visibilidade e invisibilidade social em Walter Benjamin’, ‘Considerações finais’ e ‘Referências’.

Algumas reflexões acerca do conceito de visibilidade e de invisibilidade social a partir da obra marxiana

Uma das seções mais instigantes de o *Capital*, escrita a partir de uma linguagem completamente distinta do restante do texto e repleta de metáforas, alusões e “[...] referências à mágica, mistérios e necromancias [...]” (Harvey, 2013, p. 46), vem despertando, ao longo do tempo, em intelectuais marxistas, um enorme interesse graças ao seu potencial explicativo tanto da realidade capitalista quanto da própria obra marxiana. Embora o próprio Marx (1988) tenha admitido, no prefácio da primeira edição do *Capital*, a complexidade desta seção (que, inclusive, originalmente, encontrava-se disposta em um apêndice do livro), a leitura desse fragmento (O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo) é, por que não dizer, árdua e laboriosa. São nove páginas (a depender da edição que sirva como referência) que buscam apresentar ao leitor alguns dos ‘segredos’ mais centrais da obra marxiana.

Já no primeiro parágrafo, o leitor depara-se com o tom que será dado ao restante da seção. Diz Marx (1988):

À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (Marx, 1988, p. 70).

Nesse trecho, longamente estudado e citado por diversos autores, Marx (1988) chama a atenção para o fato de que a mercadoria, vista a partir da ótica simples da utilidade, apresenta-se como algo trivial, livre de qualquer complexidade. Uma análise mais pormenorizada, no entanto, traz à tona o fato de que, na verdade, a mercadoria possui um caráter dúbio, divisível e, por que não dizer, em conflito consigo mesma. Haveria, portanto, ao mesmo tempo, na mercadoria, uma dimensão da ordem sensível/natural e outra (dimensão) que poderia ser denominada como sendo suprassensível e social. Nas palavras de Antunes (2018), a mercadoria vista sob a ótica marxiana, não se mostraria ao mundo somente como coisa que se revela a partir de seu uso, mas, sim, “[...] como coisa imaterial e inteligível, como categoria e forma suprassensível que só se revela e se mostra através das abstrações metafísicas do intelecto humano” (Antunes, 2018, p. 222). Assim, o caráter fetichista da mercadoria poderia ser compreendido, somente, a partir dessa dúbia realidade, ou seja, o aspecto no qual o ser humano estaria mergulhado não se constituiria como válido e verdadeiro em si e por si mesmo em uma relação de troca, mas sim a forma de manifestação de seu contrário (o aspecto relativo e suprassensível).

Dessa maneira, Marx (1988) ressalta que a complexidade da mercadoria não se encontraria em seu valor de uso, quer ele seja observado a partir da satisfação das necessidades humanas ou como receptora das propriedades do produto do trabalho. Para o autor, sua forma corpórea (a mercadoria) passaria “[...] pela encarnação visível, pela crisálida social geral de todo trabalho humano” (Marx, 1988, p. 67). Dito de uma outra

forma e utilizando-se de alusões religiosas, Marx (1988), no capítulo VI do *Capital* ('Capital constante e capital variável') afirma: "Ao transformar o trabalho produtivo e os meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, ocorre com o seu valor uma transmigração de almas. Ele transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado. Mas essa transmigração de almas ocorre igualmente às costas do verdadeiro trabalho" (Marx, 1988, p. 161-162).

Assim, para Marx (1988), o caráter enigmático estaria relacionado à ideia de que a mercadoria refletiria

[...] aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (Marx, 1988, p. 71).

Deriva daí a ideia de que o caráter fantasmagórico das mercadorias estaria ligado ao fato de que elas se relacionariam, fundamentalmente, ao mercado e que ali os produtores só travariam qualquer tipo de contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho. Dito de outra forma, o caráter especificamente social do trabalho privado apareceria apenas no âmbito da troca mercantil, trazendo à tona, assim, em Marx (1988), o conceito de fetichismo da mercadoria.¹

Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação social entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião.² Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 1988, p. 71).

Em consonância a esse ponto, Antunes (2018) defende a ideia de que o fetichismo da mercadoria marxiano poderia ser melhor compreendido por meio da analogia com a metafísica da religião cristã.

Na história da Religião Cristã, o abstrato e indeterminado, que por natureza é invisível aos sentidos humanos, aparece sempre efetivado, encarnado, corporificado e visível no corpo de um elemento sensível. Na Religião Cristã, o Deus abstrato aparece encarnado, aparece como corpo visível na figura do Cristo, na figura de um homem singular e sensível. Assim também ocorre com o fetiche da mercadoria, onde o valor da coisa, o abstrato e indeterminado dela, o invisível aos sentidos dos agentes da troca, aparece na figura de um corpo sensível, na figura da forma equivalente geral, na figura dos metais preciosos e da forma dinheiro (Antunes, 2018, p. 232).

É importante destacar, nesse ponto, que, para Marx (1988, p. 73), o dinheiro seria, exatamente, a forma acabada do mundo das mercadorias que "[...] objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados". Assim, o que Marx chama de fetiche da mercadoria seria, fundamentalmente,

[...] o processo através do qual o ente dinheiro se põe no mundo acima e à frente dos homens como uma potência dominadora inteiramente objetiva e autônoma, como uma coisa externa à realidade humana e sem nenhuma relação com o trabalho e a atividade sensível e criadora do trabalhador, como o verdadeiro demiurgo da realidade (Antunes, 2018, p. 231).

É importante destacar que, em outra passagem de o *Capital*, mais especificadamente no Capítulo II, em que Marx (1988) discorre acerca do processo capitalista de troca, a onipotência do dinheiro é metaforizada pelo autor a partir do uso de uma clara alusão religiosa, qual seja, o fenômeno da encarnação.^{3,4} Para Marx (1988), a 'encarnação do trabalho humano', compreendida aqui como a corporificação da 'divindade monetária' em algo palpável, visível e, por que não dizer, cambiável, alça o dinheiro, no capitalismo, a um

¹ Convém destacar, também, que aqui, neste ponto, surgem duas menções importantes ao termo marxiano de 'reificação': (1) "[...] os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas" (Marx, 1988, p. 71) (2) "Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc." (Marx, 1988, p. 75).

² Consideração do autor: é interessante destacar, neste ponto, uma das metáforas religiosas mais interessantes desta seção, qual seja a da mercadoria mesa em uma associação com o espiritismo: "É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continuar sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa" (Marx, 1988, p. 70).

³ "As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro" (Marx, 1988, p. 84-85).

⁴ "Portanto, para exercer praticamente a ação de valor de troca, a mercadoria tem de desfazer-se de seu corpo natural, transformar-se de ouro imaginário em ouro real, ainda que essa transubstanciação lhe seja mais árdua do que ao conceito hegeliano a transição da necessidade para a liberdade, ou a uma lagosta o romper de sua casca, ou ao Padre da Igreja, São Jerônimo, o despojar-se do velho Adão" (Marx, 1988, p. 92).

patamar ideológico dominante.⁵ É dentro dessa mesma perspectiva que Antunes (2018), ao analisar o fetiche da mercadoria e do dinheiro em Marx, afirma:

O ente dinheiro, assim, como o ente Deus, aparece como puro ato de existir, como a existência pura e eterna, como o princípio não engendrado do mundo, como aquele ente que não tem princípio, como aquele ente que é princípio de si próprio, que é causa sui, que não deve sua existência a ninguém e que é eternamente aquele que agora é. Como o Deus judaico-cristão, ele é o próprio Javeh, o Deus-Altíssimo, aquele ente que é. De sua luz e de sua existência emanam a luz e a existência do mundo. O mundo do ente mercadoria parece ter sua existência, por isso, recebida, derivada e emanada diretamente do ente eterno chamado dinheiro. O mundo do ente humano, este mundo derivado do ente mercadoria, parece, assim, por sua vez, ser um mundo emanado da emanção e iluminado pela iluminação daquele primeiro ser que é luz, fonte e princípio de tudo: o ser-dinheiro (Antunes, 2018, p. 247-248).

Marx (1988) nos mostra, ainda, que essa realidade se encontra presente, fundamentalmente, na base do modo de produção capitalista (tanto material quanto ideologicamente) e que, tão logo observemos outras formas históricas de organização, “[...] todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e toda fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias, desaparece” (Marx, 1988, p. 73). E complementa: “[...] a figura do processo social da vida, isto é, do processo de produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 1988, p. 75-76).

Decorre desse último ponto o fato de que todo esse caráter de invisibilização do processo de produção material se encontre presente somente no modo de produção capitalista. É sintomático, portanto, que Marx (1988, p. 73) se utilize de termos e de expressões como “[...] vela, em vez de revelar [...]” e “[...] enevoa os produtos do trabalho [...]”, para expressar o que buscaremos refletir ao longo deste artigo como a natureza do processo contínuo de sobreposição de camadas (‘místicos véus nebulosos’), estruturadas a partir do interesse da classe burguesa que utiliza de seus diversos aparatos de dominação com a intenção de invisibilizar não somente o caráter social dos trabalhos privados e das relações sociais entre os produtores privados, mas também a própria natureza desigual da sociedade capitalista.⁶

Diante das reflexões marxianas, Lukács (2018, p. 194) propõe uma análise do “[...] caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito submetido a ela, de outro”. Somente assim, de acordo com o autor, seria possível compreender a complexidade dos problemas ideológicos do capitalismo e de seu declínio. De acordo com Arato e Breines (1986), ao tomar por base a crítica da coisificação na análise marxiana, ampliando-a com a incorporação em sua definição do conceito weberiano de racionalidade, Lukács (2018) teria se tornado, também, um crítico da cultura. Nesse sentido, de acordo com Lukács (2018), haveria uma transmutação do conceito marxiano de fetichismo da mercadoria em reificação⁷, passando a se referir não apenas ao domínio do econômico, mas também ao conjunto das relações sociais no capitalismo.

Honneth (2018), ao reinterpretar o conceito lukacsiano de reificação sob a luz de sua teoria do reconhecimento, argumenta que o mesmo pode ser compreendido como esquecimento:

[...] na medida em que na efetuação de nosso conhecimento perdemos o vestígio de que este se deve à nossa adoção de uma postura de reconhecimento, desenvolvemos a tendência de perceber os outros seres humanos meramente como objetos insensíveis. Quando falamos aqui de meros objetos ou ‘coisas’, isso deveria significar que, com a amnésia, perdemos a capacidade de compreender as manifestações comportamentais das outras pessoas diretamente como exigências por uma reação de nossa parte (Honneth, 2018, p. 87, grifo do autor).

Nesse sentido, Camargo e Souza (2012) acreditam que, na visão de Honneth, a reificação seria algo referente à relação dos indivíduos com eles mesmos, com os outros e com a natureza. Tais relações seriam, ainda, tomadas por relações com coisas, tendo se tornado assim em decorrência da universalização da forma mercadoria.

Pires (2014) argumenta que não são incomuns as formulações que tiram a ênfase na materialidade das fetichizações, propondo que a reificação não precisa, necessariamente, se concentrar em um objeto. De acordo com essa perspectiva crítica do fetichismo, o mesmo poderia se dar nos planos do discurso, da teoria, da representação, das imagens e da mídia. Tal abordagem, segundo o autor, teria, como princípios, a desconstrução, o desmascaramento, a dessublimação e a tentativa de expor ilusões que habitam o inconsciente. Nesse sentido, a crítica dessa religião secular e profana denominada capitalismo passaria,

⁵ “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (Marx, 1988, p. 85).

⁶ Para Jappe (2014), o capitalismo, em seu nível mais profundo, não seria, necessariamente, a dominação de uma classe sobre a outra, mas sim o fato de que toda a sociedade seria dominada por abstrações reais e anônimas. Ainda de acordo com o autor, existiriam grupos sociais que administrariam esses processos e, assim, dele extrairiam benefícios.

⁷ Por outro lado, Honneth (2018) compreende a reificação como aquelas situações nas quais o homem se torna incapaz de reconhecer mutuamente o seu outro ao haver uma espécie de amnésia quanto a uma situação originária de reconhecimento que serviu como base para o próprio processo de sociabilidade.

necessariamente, pelo desvelamento de uma lógica sistêmica que subtrai a capacidade de os indivíduos disporem de suas vontades, o que adentra seus modos de pensar, de sentir e de agir.

Compreender teórica e historicamente os processos de regulação e de poder envolvidos nas estratégias de invisibilização social empreendidas pelo capital é, a nosso ver, parte fundamental de uma análise social crítica.

Visibilidade e invisibilidade social em Walter Benjamin

Para refletir acerca dos mecanismos de construção de invisibilidades sociais no capitalismo a partir da obra benjaminiana, utilizaremos, nesta seção, de duas obras fundamentais do autor, quais sejam, o fragmento 'O Capitalismo como religião' (Benjamin, 2013) e o livro das 'Passagens' (Benjamin, 2019) (*Das Passagen-Werk*).

No que diz respeito à primeira obra, Löwy (2013) a considera como um dos mais impressionantes textos redigidos por Walter Benjamin em sua fase pré-marxista. Inspirado no livro de Ernst Bloch sobre o revolucionário alemão Thomas Müntzer e pelo socialismo romântico-anarquista de Gustav Landauer, o fragmento, essencialmente anticapitalista e carregado de um hermetismo e de uma densidade poucas vezes vista nas ciências humanas, é composto de poucas quatro páginas de escritos e de referências bibliográficas.

Em franca oposição à concepção weberiana clássica de que haveria uma afinidade eletiva entre a religião cristã e a economia capitalista, Benjamin (2013) defende a ideia de que o capitalismo teria uma natureza intrinsecamente religiosa. Em outras palavras, o que o autor está afirmando é que não que o capitalismo seja favorecido de alguma forma por uma ideologia religiosa qualquer, mas ele seria sim a própria religião em si.

Como forma de defender o seu argumento, Benjamin (2013) aponta que a 'religião capitalista' seria composta de quatro traços principais: (a) é uma religião puramente cultural; (b) que propaga um culto permanente; (c) este culto não é expiatório, mas culpabilizador; e (d) seu Deus precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização.

Para Benjamin (2013), o capitalismo seria uma religião puramente cultural que não é atravessada por qualquer tipo de mediação ou mediadores sendo, portanto, desprovida de qualquer tipo de dogma.⁸ Tal realidade imprime uma lógica na qual o fiel estabelece um tipo de relação direta e cotidiana com suas divindades. É importante dizer que o estabelecimento dessa relação direta com o divino não excluiria, de maneira alguma (como pode ser visto no próprio catolicismo) e a nosso ver, o fato de que, no culto capitalista, o fiel se utiliza, algumas vezes, de artefatos palpáveis, visíveis, para praticá-lo. Assim, da mesma maneira que a materialização dos santos católicos na forma de esculturas auxiliaria o exercício da fé, a religião capitalista objetivaria as suas divindades, por exemplo, na figura do dinheiro (papel-moeda). Diferentemente, no entanto, do catolicismo que demanda, preferencialmente, ao fiel o deslocamento até o templo religioso como forma de estabelecimento de contato 'visível' com a divindade material, na religião capitalista, a divindade encontra-se representada nos bolsos dos fiéis o que torna o culto, fundamentalmente, permanente. Nesse sentido, o simples fato de sacar o dinheiro do bolso lembraria, ao fiel, a centralidade da religião capitalista em sua própria vida. Alia-se, aqui, ainda, o fato de que fortemente, na contemporaneidade, o próprio universo da religiosidade tradicional passou a ser inundado por uma lógica essencialmente capitalista (guiada pelo dinheiro e pelo mercado). Esse duplo movimento de enfraquecimento do sagrado e de divinização do profano fez com que a religião capitalista assumisse um papel de onipotência na sociedade moderna. Dessa maneira, o fato, por exemplo, de o fiel não contar com o acesso aos meios de subsistência por meio do exercício do trabalho e, por consequência, de não ter os meios de pagamento necessários para frequentar os 'templos do consumo' faz com que ele culpe a si próprio pelo infortúnio de sua vida e não aqueles que efetivamente são os responsáveis pela sua condição.

Não há dúvida de que existe uma secreta relação entre a medida dos bens de consumo e a medida da vida, ou seja, entre o dinheiro e o tempo. Quanto mais futilmente se ocupar o tempo de uma vida, tanto mais frágeis, múltiplos, díspares serão os seus momentos, enquanto a existência do homem superior é marcada por períodos longos. [...] E virá também um reino sem nuvens dos bens de consumo perfeitos, sobre o qual não choverá dinheiro (Benjamin, 2020, p. 57-58).

É dentro dessa perspectiva que Benjamin (2013) chama a atenção para o fato de que, na religião capitalista, o culto não possui um caráter expiatório, mas, sim, culpabilizador. Ou seja, na perspectiva do autor, o culto capitalista não eliminaria a culpa, mas, ao contrário, a tornaria universal e levaria o ser humano, conseqüentemente, a uma condição trágica na medida em que não haveria qualquer possibilidade de redenção. De acordo com Cândido da Silva (2021),

⁸ É preciso chamar a atenção, aqui, para o fato de que, embora Benjamin (2013), em sua época, trate o culto capitalista como não tendo qualquer tipo de dogma, contemporaneamente, há uma série de 'preceitos', 'normas' e 'mandamentos' que precisam ser seguidas pelos fiéis sob o risco de serem tachados como 'pecadores'. Quanto a este ponto, podemos destacar, por exemplo, o não questionamento a temáticas tão caras ao liberalismo moderno como a 'centralidade do mercado' e a 'liberdade de comércio'.

[...] o dogma católico de que ‘fora da Igreja não há salvação’ foi substituído por ‘fora do capitalismo não há alternativas’, ou melhor, não existe um ‘fora’ do capitalismo, pois o sistema capitalista se apresenta como única realidade efetiva que se defronta com as utopias inimigas da sociedade [...] (Cândido da Silva, 2021, p.104, grifo do autor).

Assim, conforme o autor, o capitalismo realizaria um processo de secularização da religião em uma perspectiva brutal, na medida em que não haveria nele nenhuma possibilidade de transcendência, tornando evidente a impossibilidade do culto de promover a redenção e instaurando a culpa como índice deste fracasso. Diante disto, nos sentimos culpados por não ter dinheiro, por estar atolados em dívidas ou por não ser ‘empreendedores’. “Na lógica capitalista, se os pobres são culpados de sua exclusão, estão fora da graça pela vontade de Deus expressa nos mercados” (Coelho, 2021, p. 257).

Em uma perspectiva semelhante, Löwy (2005) chama a atenção para um argumento extremamente perverso do capitalismo, qual seja, a ideia de que “[...] se os pobres são culpados e excluídos da graça e se no capitalismo são condenados à exclusão social, é porque ‘se trata da vontade de Deus’ ou, o que é seu equivalente na religião capitalista, a vontade dos mercados” (Löwy, 2005, p. 182-183, grifo do autor).

Para Benjamin (2013, p. 22), o quarto e último traço “[...] dessa religião é que seu Deus precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização. O culto é celebrado diante de uma divindade imatura [...]”. Quanto a esse ponto, convém destacar a ideia de que a religião capitalista tem, como um de seus traços dominantes, a ocultação de seu próprio Deus. A nosso ver, esse é, talvez, um dos aspectos mais interessantes apontados por Benjamin (2013) no fragmento (*O Capitalismo como religião*). Para o autor, diferentemente de outras religiões tradicionais, a divindade capitalista precisaria ser, necessariamente, ocultada, velada, como forma de manutenção de sua própria onipotência. Assim, embora seja claramente óbvio que o dinheiro e o mercado são as entidades dominantes no capitalismo moderno, elas não podem (sob o risco de serem questionadas) ser visíveis, aparentes. Há que se realizar, continuamente, no culto capitalista, um claro movimento de invisibilização daquilo que seriam as verdadeiras causas da desgraça mundana dos fiéis. Para Míguez (2021, p. 15), ao interpretar essa passagem do fragmento, a ‘religião capitalista’ ocultaria “[...] seu Deus culpabilizante no inconsciente, que é um Deus imaturo, cuja maturidade é ferida em cada representação”. Ainda para o autor, a ocultação do divino rumo ao inconsciente deslocaria a culpa para o universo do desejo. Dessa maneira, o culto capitalista incutiria, em seus fiéis, uma miríade de desejos que nem em mil vidas seriam capazes de atingir ou satisfazer. E, ao não satisfazerem tais desejos, os fiéis culpariam a si próprios e não o sistema econômico que os domina e os explora.

Benjamin (2013) destaca, ainda, que a divindade capitalista somente é invocada na medida em que há a necessidade de culpabilização dos pobres e desprivilegiados. O ‘Deus Capitalista’ aparece, assim, como próximo daquele representado no Velho Testamento, ou seja, aquele que pune os que não cumprem seus preceitos. Seria, em um certo sentido, um Deus imaturo que não admite ser contrariado e que exclui aqueles que não o obedecem e/ou criticam.

No que diz respeito às potenciais leituras sobre o conceito de invisibilidade social na obra *Passagens* (2019) de Walter Benjamin, chama a atenção, em primeiro lugar, uma anotação que o autor faz no *Konvolute X* (Marx). Nela, Benjamin (2019, p. 1074-1075, grifo do autor) afirma: “A burguesia ainda não introduziu a ‘exploração aberta’, não velada, ela apenas colocou no lugar da exploração enfeitada de ilusões religiosas e políticas [...] uma outra forma de exploração velada, mais refinada e mais difícil de mascarar”.

É interessante destacar que, aqui, a nosso ver, dois pontos importantes precisam ser destacados. Em primeiro lugar, pode-se notar que Benjamin, nesse fragmento, parece concordar com a tese marxiana de que há, intrinsecamente, no capitalismo, um processo contínuo e intencional de sobreposição de ‘camadas’ (‘místicos véus nebulosos’) que tem por objetivo principal invisibilizar suas dinâmicas de exploração. O que Benjamin (2019) parece acrescentar, nesse *Konvolute*, é a ideia de que o capitalismo, além de tornar-se uma religião com características próprias (como descrito acima) e que substitui as demais, utiliza-se de ‘conceitos correlatos ao fetichismo da mercadoria’, por exemplo, os ideais de liberdade e de igualdade da sociedade burguesa, para acentuar ainda mais a exploração do trabalho pelo capital.

Os ideais da sociedade burguesa, como o indivíduo livre e autônomo, a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos no exercício de seus direitos políticos e a igualdade perante a lei, revelam-se agora apenas como conceitos correlatos ao fetichismo da mercadoria, derivados do intercâmbio de mercadorias (Benjamin, 2019, p. 1074).

Assim, na perspectiva do autor, os ideais de liberdade e de igualdade, amplamente propagados pela ascensão da burguesia, limitaram-se somente aos interesses do capital deixando de lado toda a classe trabalhadora. A ideologia capitalista trata, assim, da liberdade em termos puramente econômicos, por exemplo, na ideia do livre comércio e a verdadeira liberdade, qual seja a libertação da classe trabalhadora do

jugo da exploração e da necessidade não são, de maneira alguma, tratados a partir dessa lógica. Pelo contrário, a miséria do trabalhador é, na grande maioria das vezes (como dito anteriormente), imputada, no nível individual, à sua ‘desqualificação profissional’ ou à ausência de um ‘espírito empreendedor’ (o que, claramente, traz nefastas consequências sociais e psicológicas ao trabalhador). Da mesma maneira, o ideal da igualdade é instrumentalizado pela burguesia como tendo um caráter cínico e vil de ‘igualdade formal ou contratual’. Nessa perspectiva, a igualdade social (e, por que não dizer, a própria ideia de fraternidade) não é sequer tratada no capitalismo e, mais uma vez, associada, cinicamente, à ideia de comunismo. Quanto a este último ponto, é interessante destacar que a busca da burguesia por ‘inimigos externos’ e a associação a aliados conservadores internos teriam, a nosso ver, como um de seus objetivos principais invisibilizar a realidade de exploração do trabalho pelo capital.

Uma outra anotação importante a ser destacada do *Konvolute X* (Marx) é aquela em que Benjamin (2019) trata do conceito de fantasmagoria. Na última anotação do caderno, o autor faz uma pequena, porém importante, anotação sobre a obra ‘*Eduard Fuchs, o colecionador e o historiador*’. Sobre ela, Benjamin (2019) escreve:

A propriedade que recai sobre a mercadoria como seu caráter fetichista é inerente à própria sociedade produtora de mercadorias, não como ela é em si, mas como ela representa a si mesma e acredita compreender-se quando faz abstração do fato de que ela produz mercadorias. A imagem que ela assim produz de si mesma e que costuma designar como sua cultura corresponde ao conceito de fantasmagoria (Benjamin, 2019, p. 1084).

Para Benjamin (2019), a cultura seria (amparado na anotação sobre Theodor Adorno), assim, considerada como um bem de consumo que encobriria a dinâmica de seu próprio surgimento. Ela seria transformada em um objeto mágico, na medida em que o trabalho nele acumulado apareceria como algo sobrenatural, sagrado, no mesmo instante em que deixaria de ser percebido, exatamente, como trabalho.

No objeto de consumo, os traços de sua produção devem ser esquecidos. Ele deve dar a impressão de que não foi feito, para não revelar que aquele que o vende não o fabricou, mas se apropriou do trabalho nele contido. A autonomia da arte tem como origem a ocultação do trabalho (Benjamin, 2019, p. 1084-1085).

É importante destacar, nesse ponto, que, por meio do conceito de fantasmagoria, Benjamin (2019) parece ampliar os mecanismos de produção de invisibilidades no modo de produção capitalista. Se antes, a teoria marxiana foca na mercadoria como forma privilegiada da exploração do trabalho pelo capital, Benjamin (2019) parece ampliar o universo dos mecanismos de invisibilização em direção, especialmente, à indústria cultural (cinema, por exemplo) e a tratar não somente a produção, mas também o consumo (de mercadorias e bens culturais) como uma nova realidade capitalista.^{9, 10}

Nossa pesquisa procura mostrar como, em consequência dessa representação coisificada da civilização, as formas de vida nova e as novas criações de base econômica e técnica, que devemos ao século XIX, entram no universo de uma fantasmagoria. Tais criações sofrem essa ‘iluminação’ não somente de maneira teórica, por uma transposição ideológica, mas também na imediatez da presença sensível. Manifestam-se enquanto fantasmagorias (Benjamin, 2019, p. 72, grifo do autor).

Quanto a esse ponto, convém destacar alguns pontos presentes nos *exposés* de 1935 e 1939 (*Paris, a capital do século XIX*) que se encontram presentes na obra benjaminiana das *Passagens* (Benjamin, 2019). Logo na primeira seção (*Fourier ou as passagens*), Benjamin (2019, p. 54) afirma: “As passagens são o centro das mercadorias de luxo. Para expô-las, a arte põe-se a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de admirá-las”. E continua:

À forma do novo meio de produção, que no início ainda é dominada por aquele do antigo (Marx), correspondem na consciência coletiva imagens nas quais se interpenetram o novo e o antigo. Essas imagens são imagens do desejo e nelas o coletivo procura tanto superar quanto transfigurar as imperfeições do produto social, bem como as deficiências da ordem social da produção. Ao lado disso, nestas imagens de desejo vem à tona a vontade expressa de distanciar-se daquilo que se tornou antiquado – isso significa, do passado mais recente. Estas tendências remetem a fantasia imagética, impulsionada pelo novo, de volta ao passado mais remoto. No sonho, em que diante dos olhos de cada época surge em imagens à época seguinte, esta aparece associada a elementos da história primeva, ou seja,

⁹ A emergência de novas formas de objetivação, como a arte e a diversão (além do consumo de massas), expressaria, para Lipovetsky (1989), o pleito dos indivíduos ao direito à diferenciação, à singularização e à fruição dos bens e serviços. Segundo o autor, a moda, nesse espectro, estaria “[...] ligada ao prazer de ver, mas também ao prazer de ser olhado, de se exibir ao olhar do outro” (Lipovetsky, 1989, p. 52). A moda (formadora e propagadora de juízos estéticos e morais), nesse sentido, fortaleceria o sentido de esfera pública, de pertencimento, de identidade e de diferença em relação ao outro. Essa esfera do ‘parecer’ suscitaria, além disso, um certo investimento em si, uma auto-observação estética e um alargamento do culto ao Eu. Ela (a moda) constituiria, ainda, de acordo com o autor, um aparelho de regulação e de reprodução social que implicaria, em certo sentido, um dever ser por parte do indivíduo.

¹⁰ “Antes de ser sinal da desrazão vaidosa, a moda testemunha a capacidade dos homens para mudarem e inventarem a sua maneira de aparecer, é uma das faces do artificialismo moderno, do empreendimento dos homens para se tornarem senhores da sua condição de existência” (Lipovetsky, 1989, p. 45).

de uma sociedade sem classes. As experiências desta sociedade, que têm seu depósito no inconsciente coletivo, geram, em interação com o novo, a utopia que deixou seu rastro em mil configurações da vida, das construções duradouras até as modas passageiras (Benjamin, 2019, p. 55-56).

Depreende-se do fragmento acima alguns pontos relevantes para nossa discussão. Inicialmente, no primeiro fragmento, Benjamin (2019) aponta para a questão de como a ‘simples produção da mercadoria e a sua ida ao mercado pelas mãos do trabalhador’ não seriam mais, na contemporaneidade, suficientes para que ela chegasse na casa do consumidor e, portanto, completasse seu círculo (D-M-D). Para o autor, a ‘novidade’ contemporânea seria a utilização, pelo capital, de outros aparatos, por exemplo, a arte,¹¹ Nesse sentido, Benjamin (2019) abre uma enorme gama de possibilidades que passariam desde a utilização da arte na forma do *design* até a utilização do cinema como canal de divulgação das mercadorias.

O fato é de que o capitalismo encontra, na indústria cultural de fins do século XIX e início do século XX, o aparato ideal para a construção de imagens de desejo e de consumo (ou ambos) que teriam, de acordo com Benjamin (2019), o papel de superar [e/ou] transfigurar as imperfeições do produto social, bem como as deficiências da ordem social da produção. Dito em outras palavras, os aparatos culturais em ascensão na sociedade burguesa da época teriam, de acordo com o autor, um papel fundamental na construção de processos de invisibilização das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista.

Um outro ponto destacado por Benjamin (2019) ainda no fragmento seria a ideia de que a produção imagética proveniente da indústria cultural capitalista teria, como uma de suas características principais, a instauração de uma lógica que privilegia sempre o novo, o moderno. Assim, tudo aquilo que seria, de alguma forma, ‘antigo’ (inclusive o sonho de formas sociais alternativas) estaria, pelo menos, simbolicamente, superado ou poderia ser ‘ressignificado’ pelo capitalismo. Ressalta-se que a perpetuação de tal lógica teria, como um de seus objetivos principais, a construção de uma visão ideologizada na qual o modo de produção capitalista seria o último e definitivo estágio da vida social (que desqualifica os modos de produção anteriores afirmando, assim, sua superioridade). Além disso e aliado a uma concepção positiva do progresso técnico-científico, o capitalismo busca produzir, ‘novamente’ e ‘cinicamente’, na mente da classe trabalhadora, a utopia de uma sociedade sem classes (‘igualitária’ e ‘livre’).

Na seção III do *exposé* de 1935 (‘*Grandville ou as exposições universais*’), Benjamin (2019) chama a atenção, ainda, para o papel desempenhado pelas exposições universais do século XIX, tanto no ‘enfeitiçamento’ da mercadoria quanto na diversão, e, por que não dizer, alienação das classes trabalhadoras.

As exposições universais idealizam o valor de troca das mercadorias. Criam um quadro no qual seu valor de uso passa para o segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para divertir-se. A indústria de entretenimento facilita isso elevando-o ao nível da mercadoria. Ele se abandona às suas manipulações ao desfrutar a sua própria alienação e a dos outros. A entronização da mercadoria e o brilho da distração que a cerca é o tema secreto da arte de Grandville. A isso corresponde a discrepância entre seu elemento utópico e seu elemento cínico. Suas especiosidades na representação de objetos inanimados correspondem àquilo que Marx denomina de ‘argúcias teológicas’ da mercadoria. Estas se manifestam claramente na *spécialité* – designação de uma mercadoria que surge nesta época na indústria de luxo (Benjamin, 2019, p. 60, grifo do autor).

Por fim, na seção V do *exposé* de 1935 (‘*Baudelaire ou as ruas de Paris*’), Benjamin (2019) declara o ‘novo’ como uma qualidade independente do valor de uso da mercadoria. Quanto a esse ponto, o autor parece inserir, na concepção marxiana de valor de uso da mercadoria, um novo elemento. Nessa perspectiva, não basta, na contemporaneidade, que a mercadoria se coloque sempre da mesma maneira no mercado, mas é necessário que ela se apresente como algo novo, que apaga o antigo.

Essa aparência do novo se reflete, como um espelho no outro, na aparência da repetição do sempre-igual. O produto dessa reflexão é a fantasmagoria da ‘história cultural’, em que a burguesia saboreia sua falsa consciência. A arte, que começa a duvidar de sua tarefa e deixa de ser ‘inseparável da utilidade’ (Baudelaire), precisa fazer do novo seu valor supremo (Benjamin, 2019, p. 66, grifo do autor).

Assim, para o autor, a supervalorização do novo na sociedade capitalista, que trouxe consigo novas virtualidades técnicas, geraria uma concepção positiva do progresso que enterra a esperança de uma nova realidade social e, ao mesmo tempo, aprisiona a humanidade na armadilha do eterno retorno.

¹¹ Corroborando tal perspectiva, na segunda seção do *exposé* de 1935 (‘*Daguerre ou os panoramas*’), Benjamin (2019) chama a atenção, por exemplo, do papel que a fotografia tinha (e ainda tem) na esfera da economia mercantil.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo principal a compreensão de como o capitalismo ‘oculta’, deliberadamente e a depender de seus interesses históricos e de classe, as camadas que separam a realidade vivenciada pelo capital daquela realidade vivida pelo trabalho. Tratou-se, aqui, dos mecanismos que o capital encontra, ao longo do tempo, para se perpetuar não somente como sistema econômico, mas também como modelo ideológico e religioso. Em especial, foi realizada uma reflexão acerca dos mecanismos de construção de invisibilidades sociais no capitalismo a partir das obras marxiana e benjaminiana. No que diz respeito ao pensamento marxiano, o enfoque foi dado, especialmente, a seção IV do capítulo I do *Capital* (‘O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo’). Em relação a obra benjaminiana, duas obras fundamentais do autor foram utilizadas, quais sejam, o fragmento *O Capitalismo como religião* e o livro das *Passagens* (*Das Passagen-Werk*).

Conforme pôde ser observado ao longo do texto, as reflexões marxianas e benjaminianas da construção de invisibilidades sociais no capitalismo são, de alguma maneira, concordantes e complementares. De acordo com Marx, a classe burguesa utilizaria, no capitalismo, de diversos aparatos de dominação com o claro intuito de invisibilizar não somente o caráter social dos trabalhos privados e das relações sociais entre os produtores privados, mas, também, a própria natureza desigual da sociedade capitalista. Para Benjamin, complementarmente, a burguesia passou a trabalhar com formas não veladas de exploração que, nas palavras do autor, seriam mais refinadas e mais difíceis de mascarar (caso da indústria cultural e da afirmação do ‘novo’ como uma qualidade independente do valor de uso da mercadoria, por exemplo). Além disto, a perspectiva benjaminiana alça o capitalismo a um patamar ideológico ainda mais brutal na medida em que o coloca no lugar da religião e lança a humanidade em um estado de desesperação total.

Referências

- Antunes, J. (2018). *Marx e o fetiche da mercadoria: contribuição à crítica da metafísica*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Arato, A. & Breines, P. (1986). *El Joven Lukács y los orígenes del marxismo occidental*. Ciudad de México, MX: FCE.
- Benjamin, W. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Benjamin, W. (2019). *Passagens*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Benjamin, W. (2020). *Rua de mão única, infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Cândido da Silva, J. (2021). Capitalismo como religião culpabilizadora. In A. Silva Coelho, & J. M. Sung, *Pensamento crítico e profecia: 100 anos do ‘Capitalismo como religião’ de Walter Benjamin* (p. 103-118). São Paulo, SP: Editora Recriar.
- Camargo, S. & Souza, L. G. C. (2012). Axel Honneth leitor de Lukács: reificação e reconhecimento. *Pensamento Plural*, 1(11), 165-186.
- Coelho, A. Silva. (2021). *Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os teólogos da libertação*. São Paulo, SP: Editora Recriar.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *O Anti-Édipo*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Harvey, D. (2013). *A companion to Marx's capital*. London, UK: Verso.
- Honneth, A. (2018). *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Lipovetsky, G. (1989). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin – aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Löwy, M. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Lukács, G. (2018). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Marx, K. (1988). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Míguez, N. O. (2021). O capitalismo como religião. In A. S. Coelho, & J. M. Sung, *Pensamento crítico e profecia: 100 anos do ‘Capitalismo como religião’ de Walter Benjamin* (p. 13-24). São Paulo, SP: Editora Recriar.
- Pires, R. B. W. (2014). Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. *Revista de Antropologia*, 57(1), 347-391.